

Garimpo ilegal 'esquenta' ouro de terras indígenas no Brasil

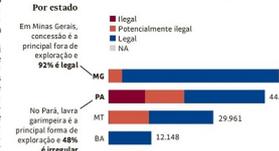
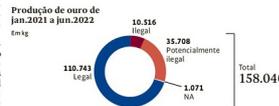


Canteiro de garimpo no rio Uariocera, na Terra Indígena Yanomami

Uma cidade de traituba, no Pará, onde se encontram filiais de instituições financeiras. Nesse processo, a PLG conta com a companhia de uma deparação de "boas fé" garantindo que aquele documento diz a verdade. Oficialmente, o expediente assenta a DTM da responsabilidade de checar a veracidade.

Mapa do ouro brasileiro

Crucamento de dados oficiais indica que ao menos 30% da produção de ouro é potencialmente irregular, principalmente em locais com lavra garimpeira



O ouro da terra Yanomami pode ter feito esse papel de legalização, via Pará, e deixado o país por São Paulo. Mas há também quem acredite que o grosso pode ter sido contrabandeado ao norte, pelas fronteiras de Suriname, Guiana e Venezuela, atendendo traficantes de drogas e de armas.

Lei falha facilita caminho para garimpo 'esquentar' ouro ilegal

Anacrônica, regulação de lavras tem brechas e regras como nota fiscal apenas em papel

Alcya Salomão. BRASIL A Terra Indígena Yanomami, entre os estados de Roraima e Amazonas, tem 1.557 hectares ocupados por lavras de garimpo, o equivalente a 44 campos de futebol. As imagens são inquietas sobre a destruição. No entanto, não há vestígio oficial do ouro em Roraima ou no província do Amazonas.

Corretoras são chave para legalização do ouro

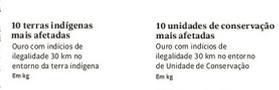
Processo inclui simulação de licença de garimpo para obtenção de nota fiscal



Município é referência no registro de ouro do garimpo na região norte, e alvo de investigações por suspeita de ser ponto para 'esquentar' ouro ilegal. O BC apoia iniciativas que possam aprimorar o marco legal para a fiscalização do comércio do ouro tais como a renovação da prescrição de legalidade na aquisição do ouro por instituições financeiras e a criação de nota fiscal eletrônica, conforme tem sido veiculado na imprensa nos últimos dias, afirma o texto.

Exatidão de lavra garimpeira perto de áreas protegidas de estados da Amazônia Legal levanta suspeitas

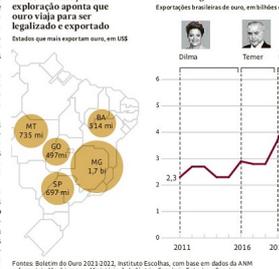
Comercialização de ouro registrada a 30 km do entorno de áreas protegidas na Amazônia no período de 2018-2020, com índices de ilegalidade



10 terras indígenas mais afetadas

- 1ª Aréas (MT) - 3.108
2ª Mina do Rio Catete (PA) - 1.853
3ª Kayapó (PA) - 1.853
4ª Kayabi (PA/MT) - 613
5ª Sararé (MT) - 545
6ª Karitiana (RO) - 539
7ª Mundurucú (PA) - 494
8ª Vale do Guaporé (MT) - 376
9ª Pequiquat (MT) - 332
10ª Igarapé Ribeiro (RO) - 46

Crucamento de dados de extração e exploração aponta que ouro viaja para ser legalizado e exportado



Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Mercado Caderno: A Pagina: 16 a 17